PRESENÇA

XIV - 26
ÃO OFICIAL DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA E DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DO DESPORTO DO PIAUÍ
SINA - 1999

RETI
RISMO E
ADÃO

GUENA
TORIA DE
GRANDE
NSELHO

UE FAZ
CONSELHO
CULTURA?

O THEATRO 4 DE SETEMBRO ESTÁ DE PORTAS ABERTAS

REINAUGURADO
EM 26 DE ABRIL DE 1999

THEATRO 4 DE SETEMBRO

REINAUGURADO EM
26 DE ABRIL DE 1999

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Cultura
Francisco Correia Weiffort

Governador do Estado
Francisco de Assis Moraes Sousa

Vice-Governador do Estado
Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

Presidente da Embratel
Duílio Sérgio Penedo

Presidente da Fundec
Maria de Lourdes Carvalho Rufino

Projeto Arquitetônico
Júlio César Medeiros Costa
Lavínia Coelho Brandão Costa

Construção
Construtora Boa Vista Ltda.

Responsável Técnico
Francisco Reinaldo

Agradecimento especial a, Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ex-Ministro das Comunicações, pela atenção e empenho demonstrados no processo de viabilização desta obra.

FUNDEC

EMBRATEL

MINISTÉRIO DA CULTURA

Retomada

Depois de um ano fora de circulação, volta a companhia dos leitores a revista **Presença**, órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto, após a reinstalação, a 28 do mês de abril deste ano, do Conselho. Durante cerca de 11 meses, teve esse Órgão suas atividades suspensas em decorrência de dificuldades de caráter burocrático em sua recomposição, por força do término do mandato de seus antigos titulares e da demora da Assembléia Legislativa do Estado na escolha dos nomes que lhe compete indicar, na composição desse Órgão.

Esta retomada das atividades da **Presença**, publicação de natureza cultural das mais acreditadas do estado e do país, coincide com a abertura ao público teresinense do centenário do Theatro 4 de Setembro, após a mais completa reforma, como última etapa de um ousado projeto do governo Mão Santa, consistente na restauração do Clube dos Diários e da Praça Pedro II, entregues à população teresinense na anterior gestão governamental de seu atual titular.

Segundo as palavras da Presidente da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto, profª. Maria de Lourdes Carvalho Rufino, na solenidade de posse dos novos membros do Conselho Estadual de Cultura, a reinauguração do Theatro 4 de Setembro e a instalação do novo Conselho, constituem, de modo efetivo, a abertura do ano cultural do estado.

Como coroamento desses dois importantes eventos, na área cultural, some-se, neste início de gestão, a retomada da revista **Presença**, como órgão de divulgação da cultura piauiense, nas mais diferentes manifestações espirituais do nosso povo.

Planejado inicialmente para comemorar o trigésimo quarto aniversário da criação do Conselho Estadual de Cultura, de cuja história se ocupa em sua memória aqui publicada o ex-conselheiro Francisco Miguel de Moura, este número da revista Presença também é assim dedicado à reinauguração do Theatro 4 de Setembro.

M.Paulo Nunes

Cartas

Brasília, 13 de março de 1998.

Prezado Escritor Manoel Paulo Nunes,

*Venho agradecer-lhe o envio do n.º 25 da **Revista Presença**, órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura, tão dignamente dirigido por V. Senhoria, e da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí.*

Aqui em Brasília, temos sempre notícias do Piauí, por intermédio de nossos ilustres colegas Cléa Rezende, Josélia Costandrade e Afonso Ligório, bem como visitas ilustres de sua terra, o que muito nos honra.

Além de muito bem apresentado, a revista contém importantes artigos, destacando-se o seu sobre "José Américo e o Romance de 30". Este grande escritor merece todas as homenagens dos estudiosos da Literatura Brasileira.

Seu texto, prezado companheiro, é lúcido, bem escrito, didático e oportuno.

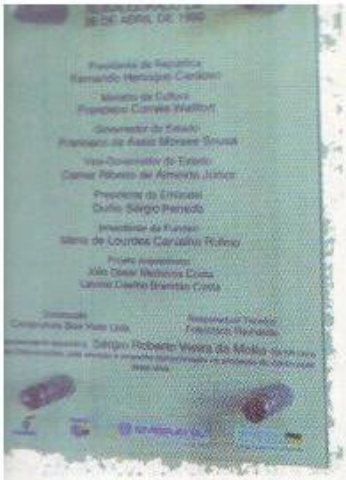
Parabéns! Sucesso sempre crescente é o que lhe desejo.

Um cordial e respeitoso abraço de

BRANCA BAKAJ
Presidente

Associação Nacional dos Escritores - ANE
Edifício Escritor Almeida Fischer

SUMÁRIO



04 Reinauguração do Theatro 4 de Setembro
Lourdes Rufino

Primeiro Centenário de Nascimento
Wilson Carvalho Gonçalves

15 Garrett O Lirismo e a Paixão
M.Paulo Nunes

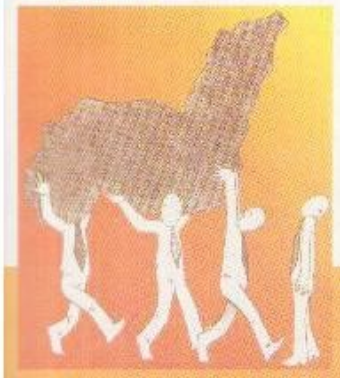
35 Pequena História de Um Grande Conselho
Francisco Miguel de Moura

10 A Consciência Moral da Mulher
Juraci Mendes Soares

08 O Que Faz o Conselho de Cultura?
M.Paulo Nunes

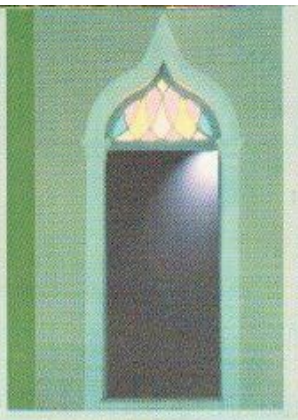
21 Identidade e Patrimônio Nacional
Alberto da Costa e Silva

47 Poesias
Cassiano Nunes



53 Plano Estadual de Cultura - 1999/2001

Dim D´Sampa



REVISTA PRESENÇA

Órgão do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí

Rua Coelho Rodrigues 1016/Centro
Tel.: 086.221 7083/Fax.: 2238877/CEP: 64.000-080
ANO XIII - 26 - TERESINA/1999

GOVERNADOR DO ESTADO
Francisco de Assis de Moraes Souza

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Manoel Paulo Nunes

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DO DESPORTO DO PIAUÍ
Maria de Lourdes Carvalho Rufino

CONSELHO EDITORIAL
Francisca Maria Soares Mendes
Amaury Teixeira Nunes
Raimundo Nonato Monteiro de Santana

SECRETÁRIA
Ana Maria dos Santos

PLANEJAMENTO GRÁFICO DA REVISTA PRESENÇA
Avant Garde Comunicação

DIREÇÃO DE ARTE
COMPUTAÇÃO GRÁFICA
Marleide Lins de Albuquerque

ILUSTRAÇÕES
(desenho) Jardiel Amorim
(efeito e cor) M.Lins

DIGITAÇÃO
Cláudia Simone de Oliveira Andrade
(exceto em originais em disquetes)

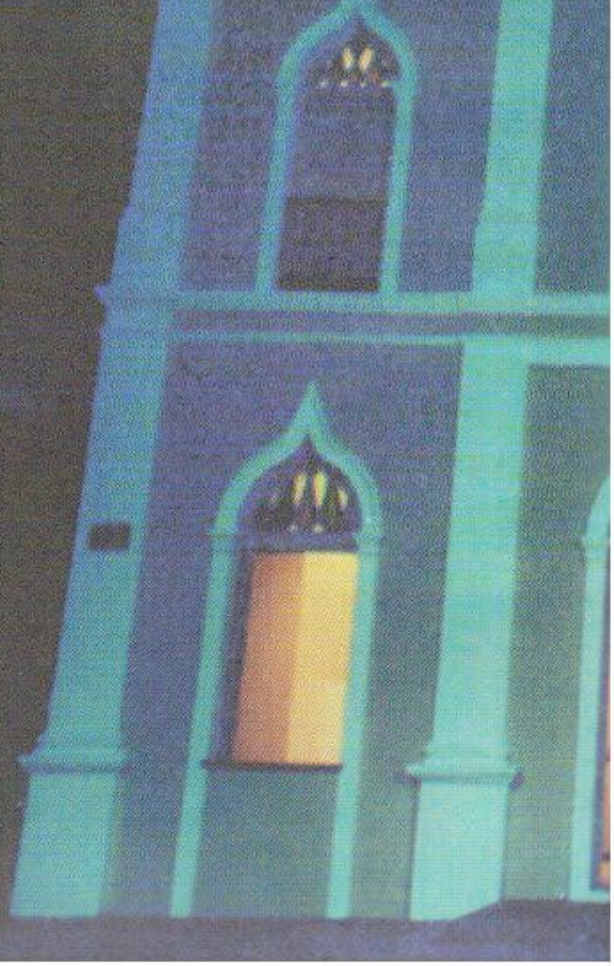
FOTOGRAFIAS
Aureliano Müller
Carvalho
Arquivo

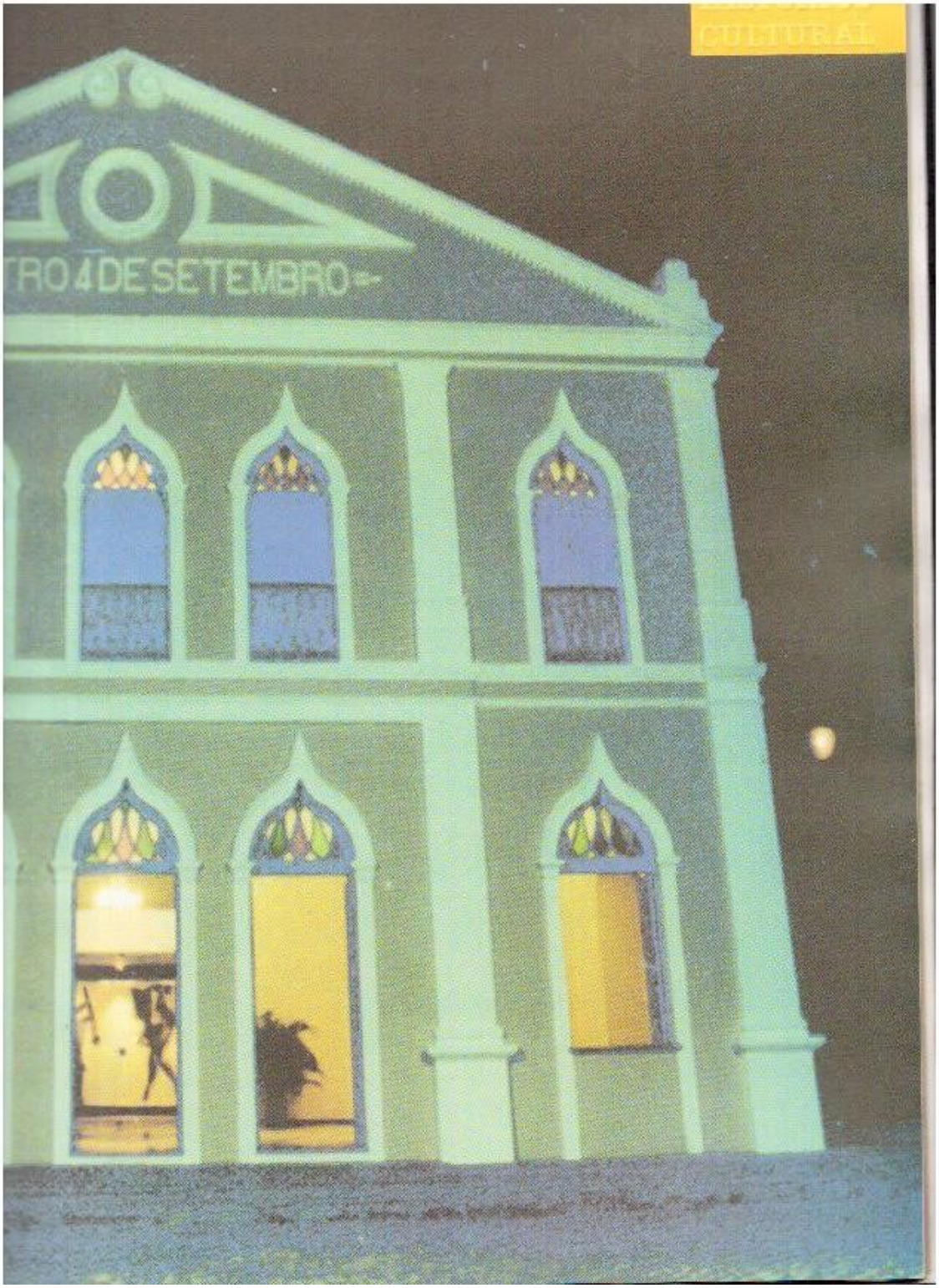
FOTOLITO E IMPRESSÃO
Grafixel - Gráfica e Editora Ltda

Boa Noite!

Meus senhores, minhas senhoras!

O Theatro 4 de Setembro fez, ao longo dos seus 105 iluminados anos, a sua própria história que se confunde com a história de Teresina. Não se trata apenas de uma casa de espetáculos, mas sobretudo de um referencial obrigatório na paisagem urbana da nossa capital, como é notória a nobreza arquitetônica que o exalta, a leveza de suas linhas, que nos afeiçoa, o vigor dos traços de sua fachada, que nos orgulha, o luxo do seu interior, que alegra o nosso espírito, e por fim, a elegância do conjunto da edificação, que engrandece e o torna um dos melhores teatros do país.




CULTURAL
TRO 4 DE SETEMBRO

Coral dos Vaqueiros - Reinaugurando o Theatro 4 de Setembro

O Clube dos Diários, o Theatro 4 de Setembro, a praça Pedro II, o Centro Artesanal Mestre Dezinho. Teresina ganha o seu corredor cultural.

Na Praça Pedro II - Malabares

O Theatro 4 de Setembro é uma das mais belas construções de Teresina que conserva na sua fachada os detalhes característicos da arquitetura do século XIX.

Fascinante também é a história do Theatro 4 de Setembro. Quando o Conselheiro Saraiva fez a mudança da capital, Oeiras, para Teresina, em 1852, trouxe na comitiva um grupo de saltimbancos para amenizar as agruras dos caminhos. Uma vez instalada a nova capital, seis anos depois, era fundado o teatro Nacional de Santa Teresa e, anos depois, aparecia o Teatro Concórdia, ambos funcionando em precárias condições.

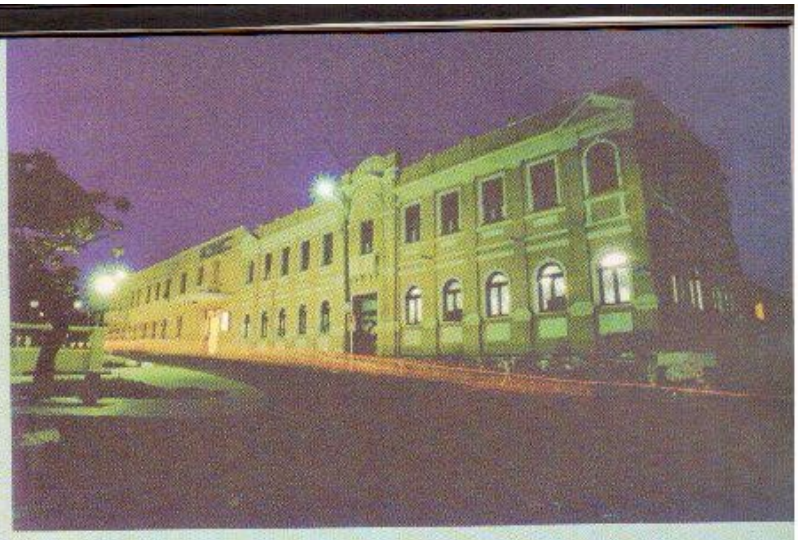
Até que no dia 4 de Setembro de 1889 um grupo de senhoras se dirigiu ao presidente da província do Piauí, Dr. Teófilo Fernandes dos Santos, para requerer a construção de um novo teatro que pudesse abrigar as manifestações culturais do Piauí, do Brasil e do mundo. A pedra fundamental foi lançada em 21 de abril de 1889 e cinco anos depois, em 21 de abril de 1894, o ex-intendente Manuel Raimundo da Paz entregava o Theatro 4 de Setembro ao Governador Coriolano de Carvalho e Silva.

Ao longo dos seus 105 anos de existência, o Theatro 4 de Setembro passou por cinco reformas. A atual, feita pelo governador Francisco de Assis de Moraes Sousa, é a mais completa, tanto do ponto de vista do prédio como do ponto de vista do reequipamento cênico. No primeiro caso, considerou-se a valorização da edificação através de uma intensa redefinição de suas linhas e traços. No segundo caso, a reforma contemplou pelo menos quatro aspectos básicos: a cenotécnica, que é basicamente o palco e a caixa cênica. A luminotécnica, que é a parte relativa às luzes, refletores e canhões de iluminação. A sonotécnica, que compreende mesa de som, caixas acústicas, equalizadores, microfones especiais. E os acabamentos internos, que é a parte de serviços ao público, a recuperação das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e luminárias, troca de todo o carpete, recuperação total do forro, das 582 poltronas numeradas, novo sistema central de ar-condicionado, serviço de jardinagem, dentre outras mudanças.

A reabertura do Theatro 4 de Setembro significa a conclusão de um projeto vitorioso de revitalizar o centro de Teresina, recuperando o seu sítio histórico, que compreende o Clube dos Diários, o Theatro 4 de Setembro, a praça Pedro II, além de contar ainda com o Centro Artesanal Mestre Dezinho. Com isso, Teresina ganha o seu corredor cultural que será capaz de abrigar as manifestações populares do Piauí, sem falar na grande área de lazer, descanso e entretenimento.

A Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí é muito grata ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, pelo seu trabalho desenvolvido pelo Piauí e para o Piauí, e que desde o começo, demonstrou total apreço e consideração pelo nosso Estado, possibilitando a aprovação do nosso projeto. Agradeço muito respeitosamente o empenho pessoal do governador Francisco de Assis Moraes Sousa, pelo ânimo com que me alentou nessa dura jornada de trabalho, e sobretudo pela confiança que depositou na minha capacidade de comandar o destino da

Centro Artesanal
Mestre Dezinho



Fundação Cultural, o que muito me honra. Quero ressaltar por uma questão de justiça o nome do Dr. Osmar Ribeiro de Almeida Júnior que, de fato, foi o grande articulador desse projeto desenvolvido pela sua equipe, na época em que era presidente da Fundação Cultural, cujo trabalho é hoje reconhecido por todos.

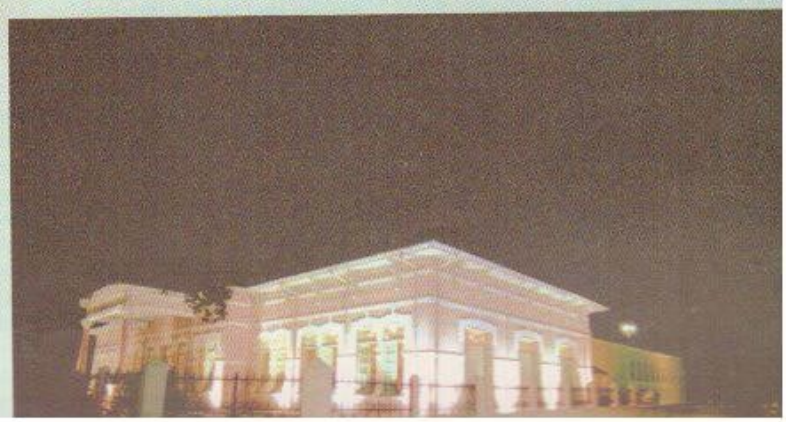
Quero também registrar aqui a generosidade do ex-ministro Sérgio Motta, das Comunicações, pelo seu apreço ao Piauí, liberando os recursos, via Embratel, através da Lei do Mecenato, sem os quais esta obra não estaria pronta. E, por fim, quero agradecer a todos os funcionários da Fundação, pela dedicação ao trabalho, e estender a minha mão a todos os técnicos e operários que deram o que de melhor poderiam dar para que este sonho se tornasse uma realidade.

Sei que terei muitas alegrias na vida, esta é uma obstinada convicção que persigo, mas certamente esta noite ficará para sempre gravada no meu coração como o dia mais feliz da minha vida. Em primeiro lugar, pela certeza do dever cumprido, mesmo diante de muitas incertezas por que passei, pelas noites mal dormidas, pelo desânimo que muitas vezes assalta o nosso interior. Mas o compromisso assumido com os intelectuais e artistas falou mais alto e me deu força suficiente para levar este projeto sempre para a frente, ter a coragem para proceder corretamente e entregar o Theatro 4 de Setembro neste dia 26 de abril de 1999.

Essas palavras já não mais expressam a grande emoção que sinto neste momento. Por isso, eu quero abraçar a todos vocês com este sentimento de amizade, de fraternidade e desse imenso amor que inunda nesta hora o meu coração.

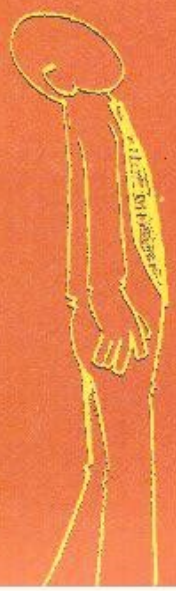
Muito obrigada.

Lourdes Rufino



Clube dos Diários

Aí está assim, "a vol d'oiseau", uma pálida amostra do que faz o Conselho de Cultura do Piauí.



CONSELHO ESPECIAL

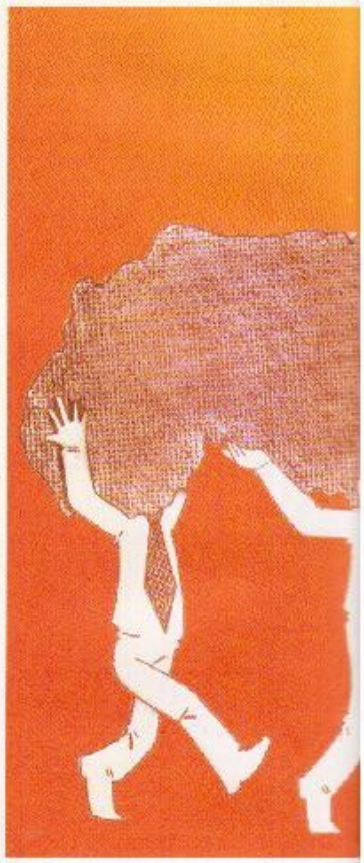
O Que Faz o Conselho de Cultura

M. Paulo Nunes+

Talvez este comentário fosse desnecessário não houvesse sido o assunto provocado pela desinformação ou má fé de um dos chamados colunistas de nossos jornais, tendo o mesmo chegado ao meu conhecimento por informação de outrem, mau leitor que sou dos referidos periódicos. Trata-se da indagação do colunista feita em nota maliciosa sobre o que faz o Conselho Estadual de Cultura.

Ao assumir a Presidência daquele colegiado, que fora desativado na anterior gestão administrativa, a 13 de janeiro de 1992, por deferência de meus colegas, nomeados comigo, em dezembro do ano anterior, pelo ilustre governador Freitas Neto, tratei, imediatamente, além das providências relativas à adequação da parte física ao melhor funcionamento daquela instituição, de rever a legislação até então vigente, no sentido de adaptá-la às exigências de modernização do órgão. Foi assim revisto seu Regimento Interno, em conseqüência do que foi baixado novo regimento, mediante o decreto 8.719, de 08.09.92, do governador do Estado.

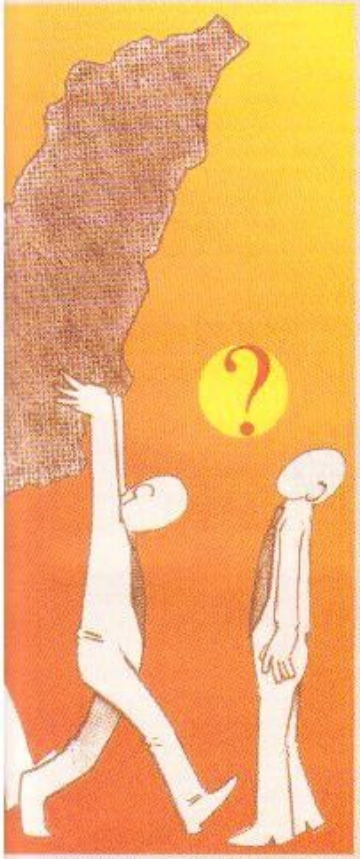
Em maio daquele ano, o Conselho realizava importante seminário para o qual foi especialmente convidada a imprensa escrita, falada e televisionada, com a finalidade de debater a elaboração de um projeto visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do Piauí, no momento em que começavam a ser dados os primeiros passos



para a definição de uma política científica e tecnológica para o nosso Estado, de que afinal resultou a instalação, já no atual governo, da FAPEPI- Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí, ligando o Piauí à Rede Nacional de Pesquisa, marco decisivo de nossa modernidade.

Com o propósito de promover a defesa e preservação do nosso patrimônio cultural,

mediante instrumento mais ágil e dinâmico, foi iniciado o processo de discussão, através do Conselho, do anteprojeto de nova lei de proteção ao patrimônio cultural, de que



resultou a lei n.º 4.515, de 9 de novembro de 1992, uma das primeiras a aparecerem no país, após a vigência da Nova Carta Magna. Adota já a nova lei o moderno conceito de patrimônio cultural, abrangendo, além dos bens móveis e imóveis e dos sítios arqueológicos a serem preservados, mediante o tombamento, também as manifestações culturais, sobretudo as de caráter popular e folclórico, que devam também merecer o amparo do poder público.

De posse desses instrumentos básicos, pôde o Conselho, a partir daí, definir os fundamentos de uma política firme e realística de promoção da cultura, em favor do bem comum, imprimindo segura orientação às atividades que foram realizadas, nesse período, no âmbito da Fundação Cultural do Piauí, o órgão executivo da política cultural do Estado.

Seminários sobre patrimônio cultural, este promovido diretamente pelo Conselho, e sobre figuras de expressão nacional, em nossas letras, a exemplo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e outros, cujos centenários de nascimento foram reverenciados através de conferências e palestras ou concursos literários, constituíram atividades permanentes daquele órgão.

Merece destaque especial a reformulação do Projeto Petrônio Portella, possibilitando a edição de obras de interesse para a cultura piauiense, a exemplo das que apareceram nesse período, e a publicação da revista Presença, que também se encontrava desativada, de que foram editados três números nessa nova fase e hoje constitui um órgão de comunicação unanimemente reconhecido como dos melhores do país.

Vale assinalar, no corrente ano, já na gestão da atual presidente, a ilustre Profª. Maria Gomes Figueredo dos Reis, nome, sob todos os títulos, respeitável, que honra qualquer presidência de órgão público, pelo zelo e invulgar competência com que os desempenha, em razão do afastamento de seu titular, para assumir, na atual gestão governamental, a presidência da Fundação Cultural do Piauí, vale assinalar, como dizíamos, o empenho do Conselho, na discussão e elaboração da Lei de Incentivo à Produção Cultural, cujo anteprojeto já foi encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, aguardando a respectiva mensagem ao Poder Legislativo, para que possa converter-se em lei.

Não poderíamos deixar de referir ainda a elaboração, por aquele colegiado, do Plano Estadual de Cultura, documento que enaltece qualquer Conselho de Cultura, que está sendo adotado a partir de 1993 e foi encaminhado aos órgãos competentes do Estado, documento que define as ações a serem desenvolvidas pelo poder público no sentido de amparo à cultura.

Compõe-se ele das diretrizes básicas e das linhas de ação referentes ao patrimônio cultural, à produção cultural e à divulgação, priorizando as linhas de ação que deverão ser adotadas de imediato, no que tange ao patrimônio cultural, compreendendo o patrimônio arquitetônico e sítios históricos, o patrimônio arqueológico e natural, as manifestações populares e a produção cultural, incluindo o teatro, a dança, as artes plásticas e a literatura.

Aí está assim, *"a vol d'oiseau"*, uma pálida amostra do que faz o Conselho de Cultura do Piauí. Voltaremos ao assunto, quando conveniente.

**Presidente da CEC.*
(O Dia - 18/12/1994)

ENSAIO

A Consciência Moral da Mulher

*Juraci Mendes Soares**

Propósito

O objetivo deste estudo é apresentar uma visão filosófica da Consciência Moral da Mulher ou, tão-somente, da Consciência Moral, justificando-se que, do ponto de vista da razão, mulher e homem são iguais. Tenta-se alcançar esse objetivo através de três questionamentos, considerados como centro neste estudo: a) o que se entende por consciência; b) o sentido do termo; c) o sentido real. Em seguida, estudam-se os diversos tipos de consciência, a noção de consciência psicológica (ser consciente), ou seja, a ciência que o Sujeito tem daquilo que faz, a consciência moral (ser responsável), julgamento a respeito de concordar ou não com o ato que se faz, com o bem ou com o mal; distinção entre consciência psicológica e consciência moral; a identidade semântica de ética e moral; os costumes e a questão moral, realçando a importância do tema a Consciência Moral da Mulher, como realidade decisiva para cada homem, para a humanidade, ressaltando os alicerces ou postulados filosóficos dos conceitos expostos. Por fim, tratar-se-á da Consciência Moral da Mulher como Sujeito da Consciência.

Consciência

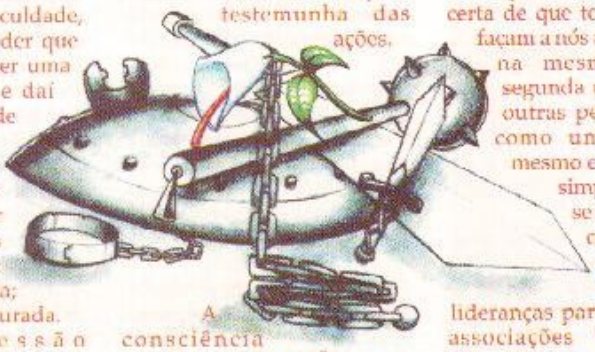
O termo consciência do lat. "*conscientia*" significa saber com: saber partilhado, testemunho do fato, testemunho da intencionalidade; reafirmando, a consciência é uma testemunha, é o conhecimento ou ciência partilhada com o outro. Quer dizer, ainda, noção, idéia, conhecimento imediato de sua própria atividade psíquica, cuidado com que se executa um trabalho, se cumpre um dever, senso de responsabilidade, honradez, retidão, probidade, homem de consciência. Como faculdade, a consciência é o poder que possui o Sujeito de ter uma experiência vivida e daí certo conhecimento de seus atos interiores. A consciência é, portanto, a faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados: uma consciência reta; uma consciência torturada.

A expressão consciência é usada para descrever os aspectos psicológicos da vida e apresenta-se com diversos significados, como conjunto das funções psíquicas. Funções psíquicas que são percebidas como inferiores a nós e, ainda, a consciência do eu, ou seja, o conhecimento da própria personalidade. (Bonow, 1964).

Define-se consciência como aquele nível da vida psíquica, em que o próprio eu tem conhecimento das percepções afetos e idéias, sabendo-os subjetivos ou distintos dos objetivos que os provocam.

A consciência psicológica, para muitos, é o saber que acompanha a atividade psíquica e a torna, por assim dizer, presente a si mesmo e graças a ele, o Sujeito, sente que sente. É também o ato ou estado nos quais surge esta presença em si e que implica, por isso mesmo a distinção entre o Sujeito, que conhece o objeto, e o ato de conhecer.

Com efeito, a consciência diz: consciência de si como Sujeito, consciência do outro, ou seja, de um objeto distinto do Sujeito. A consciência psicológica é, portanto, a intuição que se tem das modificações que nela se processam, também considerada a simples testemunha das ações.



A consciência moral, segundo LUÑO, pode ser definida como o "julgamento do intelecto prático que a partir da lei moral decide acerca da bondade ou malícia de um ato concreto".

A consciência moral recai na questão sobre o certo e o errado que se modifica de cidade em cidade, de Estado em Estado e ainda de geração em geração. Sócrates acreditava em regras ou normas eternas que governam a ação do homem e também que todas as pessoas são capazes de entender as verdades filosóficas, bastando para isso que usem a razão. Racionalmente, mulher e homem são iguais.

A moral vale para todas as pessoas, em todas as sociedades, em todos os tempos. A moral não é exclusiva do cristianismo, nem das religiões. É uma realidade da consciência. A moral não diz o que se deve fazer nesta ou naquela situação, mas diz como se deve comportar-se em todas as situações. Kant formula a lei moral como um imperativo categórico e a explicita através das regras, a seguir: primeira regra – agir de modo que se possa desejar que a regra a partir da qual se agiu transforme-se numa lei geral. Ex. respeito à fila. Preciso estar certa de que todos os outros façam a nós a mesma coisa, na mesma situação; segunda regra: tratar as outras pessoas sempre como um fim em si mesmo e não como um simples meio para se chegar a outra coisa. Ex. às vezes, determinadas lideranças partidárias ou de associações " usam" as pessoas em proveito próprio. As pessoas são consideradas como um fim em si mesmas. Esta máxima vale para os outros e para nós também: " Não faça aos outros aquilo que não deseja para si". Kant, quando descreve a lei moral, o que ele descreve é a consciência humana. Afirma, ainda, que não se pode provar o que a consciência diz, mas sabe-se o que ela diz.

Deste modo, na ação moral não se deve demonstrar a superficialidade, mas deverá resultar do esforço em superar a si mesmo. Quando se faz alguma coisa por considerar que é dever seguir a lei moral, aí então pode-se falar em ação moral.

Distinção Entre Consciência Psicológica e Consciência Moral

A consciência psicológica é o ser consciente, o dar-se conta e expressa a complexidade do viver a própria experiência. A natureza da consciência psicológica, de acordo com Vidal, apresenta as seguintes características:

a) Não existe uma *consciência pura* no sentido de que a consciência seja o objeto de uma percepção pura. Tem-se consciência de tipo noético, afetivo ou emocional;

b) Ao ter consciência de algo, a consciência tem um *campo de ação* que, apesar da grande variedade dos que atuam em nossos sentidos, só damos conta de um número limitado de experiências. Isto depende do fenômeno da atenção e de seu caráter seletivo;

c) A consciência é uma *possibilidade formalizadora* dos conteúdos da própria consciência. A formalização tem caráter de elasticidade ou mobilidade, recebe, reflete e mistura os conteúdos da consciência;

d) A consciência faz referência ao eu. Na consciência as vivências ficam relacionadas com um centro comum, o eu;

e) A consciência não tem localização neurológica. Podem-se assinalar certas estruturas do sistema nervoso central, nas quais aparece uma referência ao substrato biológico da consciência.

f) A consciência moral e a consciência psicológica não são a mesma coisa.

Aspectos comparativos entre consciência moral e consciência psicológica:

a) A consciência moral *pressupõe a consciência psicológica*, porém a consciência psicológica não necessita da consciência moral;

b) A consciência psicológica e a consciência moral, apesar de serem distintas por razão de seu objeto, não são contraditórias. A consciência psicológica tem um objeto de contemplação. A consciência moral acrescenta o aspecto de compromisso à moral psicológica. A consciência psicológica é uma consciência testemunha (que somente testemunha a presença das funções do ego) enquanto que a consciência moral é uma consciência juiz.

c) Caráter integrativo – a consciência moral é juízo em ordem à ação, seu saber não é desinteressado, é um projeto de vida. A consciência moral acrescenta à consciência psicológica o caráter de obrigação.

Por conseguinte, a consciência psicológica como já se disse, testemunha as ações, e a consciência moral é o juiz das ações e significa a capacidade que possui o homem de distinguir o bem do mal.

Sobre a Questão Moral

A moral de uma Sociedade tem sua primeira e mais aparente manifestação nos costumes. A questão moral leva em conta o nível sociológico da realidade ética. De um lado, a moral parte dos dados da realidade. O ponto de partida imprescindível para todo questionamento, portanto, é o conhecimento dos costumes morais. De outro lado, a questão moral tem por fim transformar os costumes, situando-se nos seguintes aspectos da vida: a) nos esquemas de *valores* que justificam a vida humana; b) nas *pautas* de comportamento que estruturam as *manifestações sociais*; c) no conjunto de aspirações que orienta as mudanças sócio-históricas.

A validade da moral situa-se no terreno qualitativo e não quantitativo. A normatividade ética não é coincidente com a normatividade sociológica ou estatística.

Kant também formula a sua ética conhecida como Ética do dever. Explicita-se que neste estudo utilizam-se indistintamente os termos Ética ou Moral, que é o estudo da ação humana enquanto livre e pessoal. Diz-se que a diversa etimologia da ética e da moral – grega e latina, respectivamente, não é causa de diversidade semântica mas de riqueza de significados.

A Ética é juízo, análise. A moral é utilizada para considerações religiosas e se refere ao código concreto de comportamento, ou seja, à vivência que os homens têm dos valores morais, embora se diga, também, ética fiscal, ética do aborto, ética cristã.

Sócrates diz que só faz o que é certo quem pode se transformar em homem de verdade. O conhecimento do que é certo induz o agir correto.

Noções e Caracteres do Dever

A literatura pertinente sobre o assunto considera o *dever* como uma obrigação moral de praticar ou de não praticar uma ação, uma necessidade imposta pela lei

moral, demonstrando que as ações podem ser boas ou más. A faculdade de distinguir o bem do mal não constitui simples produto da experiência, representando uma capacidade inerente à natureza racional do homem – significa a própria razão ordenando fatos da vida.

O *dever* é obrigatório, absoluto, universal. Na obrigatoriedade do *dever* é-se obrigado a observar a lei, embora se conserve o direito de não cumpri-lo. Em sendo absoluto, o *dever* revela que o cumprimento é incondicional, acarretando uma obrigação absoluta. Só o *dever* é incondicional e absoluto, constituindo, como diz Kant, um imperativo categórico. Considerando-se o *dever* universal, a obrigação imposta por ele se estende a todos os homens no tempo e no espaço. A moralidade então representa uma relação da natureza humana com o seu fim e, como todos os homens têm a mesma natureza e o mesmo fim, segue-se, necessariamente, que todos estão sujeitos à mesma Lei.

Espécies de Responsabilidades

Registram-se duas espécies de responsabilidades: a responsabilidade moral, na qual o homem responde pelo seus atos diante da própria consciência, e a responsabilidade social, na qual o homem responde pelos seus atos perante as autoridades sociais, por infrações às leis civis.

Para se chegar ao nível ético é preciso atravessar dois níveis prévios: o nível sociológico e o nível jurídico.

A Atitude Moral

O termo atitude provém do vocábulo ato, que deriva do verbo agir. De acordo com o Aurélio, atitude, do latim, *"attitudine"*, através do francês attitude, significa posição do corpo, postura, atitude em face do desafio. A atitude negativa revela o desequilíbrio psíquico. Sociólogos e psicólogos estão de acordo que os seres humanos atuam segundo atitudes que são predisposições para os fenômenos reais ou imaginários. Em Psicologia, exprime uma realidade interna, próxima do sentido estado de ânimo e é resultante de sensações, desejos, sentimentos em relação com um objeto ou com uma situação. Influi sobre a percepção do sujeito (Thurstone) sobre seu comportamento (Allport) e enfim, sobre o conjunto de sua vida psíquica. (Vidal).

Nos autores pesquisados obtém-se uma lista comum de características da atitude moral, registrando-se que ela:

a) se aprende, portanto, pode se modificar;

b) é uma orientação mental perdurável;

c) predispõe o agir de uma maneira determinada;

d) conduz à ação aberta quando se relaciona com um ser específico ao qual se refere;

e) associa-se invariavelmente com um objeto social específico.

Todos os elementos que constituem a noção de atitude realizam-se no âmbito da realidade e da vida moral. A atitude pode ser definida como aquele conjunto de

A moral de uma Sociedade tem sua primeira e mais aparente manifestação nos costumes. A questão moral leva em conta o nível sociológico da realidade ética.

disposições adquiridas que nos leva a relacionar noções positivas ou negativas diante de valores éticos. O mundo cognoscitivo (conhecimento), volitivo (vontade), o nível executivo da pessoa têm ressonância na atitude moral. Portanto, a atitude moral integra os sentimentos para princípios ou critérios, para decisões ou tomadas de posição e para todos os níveis executivos da pessoa.

O vazio e a desmoralização são traços característicos de nossa época. Este vazio ético somente pode ser preenchido com a atitude moral, na vivência formal e também provisional.

Ética e Religião

Para viver essa relação necessita-se, preliminarmente, ter conhecimento exato da peculiaridade da religião e da ética. Alguns estudiosos analisam do ponto de vista da *Ética* a estrutura da atitude religiosa e da atitude ética, expondo nas diversas formas que adotam, na história da moral a conexão entre ambas. A maior parte das vezes tal conexão foi defeituosa, caindo em algum dos quatro desvios seguintes: 1) religião separada da moral; 2) religião considerada como mera parte da moral; 3) moral totalmente autônoma diante da religião e desta diante daquela; 4) deísmo ou ateísmo ético. Diante do exposto a solução está em reconhecer que toda existência bem composta e moderada tem que ser ao mesmo tempo religiosa e moral. O esforço ético retamente cumprido abre-se, necessariamente, à religiosidade e termina por desempenhar nele. E, por sua parte, a atitude religiosa eficaz frutifica em ação moral, em boas obras.

Considerações Finais

Consciência Moral da Mulher

Platão diz que um Estado que não forma nem educa suas mulheres é como um homem que treina apenas seu braço direito.

A Revolução Francesa, de 1789, declarou uma série de direitos que deveriam valer para todos os cidadãos. Mas, apesar de as mulheres terem participado ativamente da luta contra a aristocracia francesa durante aquela Revolução, não se conseguiu defender a extensão dos direitos humanos às mulheres.

Registram-se na história da humanidade inúmeros preconceitos em torno da mulher. Teoricamente são considerados iguais, porém, na prática muitos consideram a mulher como incapaz para assumir determinadas responsabilidades. Simone de Beauvoir afirma que não existe nem uma natureza feminina nem uma natureza masculina, ao contrário, acredita que as mulheres e os homens têm de se libertar, impreterivelmente, desses preconceitos e idéias fortemente arraigados. Atualmente, poucos afirmarão que a mulher é inferior ao homem, porém, com a transmissão de certos atributos levados pela educação doméstica, pela escola, e veiculados pelos meios de comunicação, tanto são aceitos e assimilados pelo homem, quanto pela mulher. Relacionam-se como competência do homem: fazer as leis, tomar decisões, aplicando-se em espírito teórico abstrato e generalizador. Como atributos da mulher apresentam a emotividade, a fragilidade, a indecisão, o ciúme, a passividade, a delicadeza, a beleza. Deixando de lado os preconceitos, interroga-se:

É então a mulher inferior ao homem? Certamente que o homem e a mulher estão face a face em reciprocidade e igualdade.

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre - RS; Membro do Conselho de Educação do Estado do Piauí.

* Adaptação da Palestra – Dia Internacional da Mulher. 08 de março

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BONOW, Iva Waisberg. Elementos de Psicologia. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1970.
2. DILTHEY, Wilhelm. Sistema da Ética, São Paulo, Icone, 1994.
3. GAARDER, Jostein. O Mundo de Sofia. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1995.
4. LIÑO, Angel Rodrigues. Ética. Pamplona, Espanha, Ed. Navarro, 1984.
5. SANTOS, Teobaldo Miranda. Manual de Filosofia. São Paulo, Ed. Nacional, 1964.
6. PLATÃO. A República. Portugal, Ed. Publicações Europa-América, 1975.
7. VIDAL, Marciano. Moral de Atitudes. São Paulo, Ed. Santuário, 1979

LITERATURA

GARRETT
O Lirismo e a Paixão

M. Paulo Nunes

No Seminário sobre Almeida Garrett, com que o Centro de Estudos Portugueses, da Universidade Federal do Piauí, com a parceria da Academia Piauiense de Letras e do Centro de Educação Tecnológica, promoveu a comemoração do bicentenário de nascimento de um dos mais representativos escritores da literatura portuguesa, tocou-me falar, em uma das mesas redondas daquele certame, sobre o tema que encima estas notas.

Resumo, a seguir, o que disse naquela oportunidade.

O escritor Almeida Garrett, um dos mais fecundos daquela literatura, teve uma vida plena de lances emocionantes ou uma vida plural, sobretudo graças à participação política que o animou desde a mocidade acadêmica, na Universidade de Coimbra. Jovem ainda, no início da carreira, teve que exilar-se aos 24 anos, em virtude de sua oposição ao absolutismo, um dos polos do debate político com que se iria defrontar a sociedade portuguesa em toda a primeira metade do século XIX - absolutismo e liberalismo, até o ano de 1851 e o início do período político chamado da Regeneração, quando aquele conflito tendeu para o entendimento.

A vida rica e aventurosa de Garrett foi marcada, conforme ali dissemos, por três grandes paixões.

A primeira delas foi exatamente a paixão política que o levou a seguir D. Pedro IV, (D. Pedro I, do Brasil), em sua campanha liberal, visando à reconquista do trono português usurpado por seu irmão, D. Miguel, restaurando-o, após penosa luta, na pessoa de sua filha, D. Maria da Glória, que reinaria com o título de D. Maria II.

Garrett, que novamente se achava exilado, bateu-se em várias ações militares, assinaladamente, no cerco

do Porto, ao lado dos combatentes que, sob as ordens de D. Pedro, desembarcaram no Mindelo e empreenderam a vitoriosa campanha da reconquista. No Porto, durante o cerco, iniciaria seu romance histórico **O Arco de Santana**, fixando um episódio do velho burgo, ao tempo de D. Pedro I, o infortunado amante de D. Inês de Castro.

A outra paixão de Garrett foi a da restauração do teatro português, que havia tido em Gil Vicente, no período quinhentista, a sua figura estelar, praticamente desaparecendo com o silêncio daquele genial intérprete da dramaturgia popular, talvez um dos maiores representantes do gênero, em Portugal.

Sob a reforma política e administrativa empreendida no breve governo de Passos Manuel, de quem era Garrett amigo fidelíssimo, teve ele a felicidade de promover a restauração do teatro, mediante a criação do Conservatório de Arte Dramática, da Inspeção Geral dos Teatros e da construção de um magnífico teatro normal que depois tomaria a denominação de Teatro D. Maria II, que até hoje ainda conserva.

Para incentivar a produção teatral, escreveu durante um mês, de 11 de julho a 10 de agosto de 1838, a peça **Um Auto de Gil Vicente**, em que associa a reforma do teatro à figura de seu criador, o Mestre Gil. Tem a peça, como pano de fundo, a época de D. Manuel I, com a representação da tragicomédia **As Cortes de Júpiter**, de autoria daquele dramaturgo, levada à cena por motivo da celebração do casamento da Infanta D. Beatriz, futura duquesa de Sabóia. Como parte novelesca do drama são focalizados os supostos amores da Infanta com o famoso lírico seiscentista Bernardim Ribeiro, autor da novela amorosa **História da Menina e Moça.**

No gênero dramático, escreveu ainda Garrett a sua obra-prima e do teatro português, **Frei Luís de Sousa**, aparecida em 1843,

romantização da vida do fidalgo Manuel de Sousa Coutinho e do episódio dramático de sua vida, que foi a adoção das vestes monásticas feita por ele e por sua mulher, D. Madalena de Vilhena, em virtude da morte da filha única do casal, Ana de Noronha. Professou ele com o nome de Frei Luís de Sousa, com que passou a assinar os seus trabalhos literários, dos quais se destaca a **Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires**. A peça de Garrett perfilha a lenda, segundo a qual aquela atitude se deveu ao fato do aparecimento do primeiro marido de D. Madalena, D. João de Portugal, que havia sido dado como morto na batalha de Alcácer-Quibir, em que perdeu também a vida o rei D. Sebastião. É portanto este assunto - a tragédia de um lar pelo aparecimento do primeiro marido, o fulcro central dessa peça de Garrett.

É Garrett também autor de mais duas peças no gênero, quais sejam, **O Alfageme de Santarém** e **D. Filipa de Vilhena**, ambas também de assuntos ligados à história portuguesa.

Finalmente, foi a paixão amorosa a terceira das três paixões de Garrett e cujas figuras centrais foram sua mulher, Luísa Midosi, que com ele se casa aos 14 anos e terminaria por abandoná-lo, a jovem Adelaide Deville, que lhe daria uma filha, Maria Adelaide, e viria a falecer aos 22 anos, romance breve e intenso, que dura de 1837 a 41 e, finalmente, já na maturidade, D. Rosa de Montufar Barreiros, Viscondessa da Luz, que lhe forneceu o motivo de inspiração para sua obra lírica **Folhas Caídas**.

Também retrato da paixão amorosa de Garrett é o romance autobiográfico **Viagens na Minha Terra**, em que há de tudo: impressões, viagens e até um romance, que é a história da Joaninha do Vale de Santarém.

O LIRISMO E A PAIXÃO

É a lírica a face mais representativa da obra *garrettiana*. Iniciando-se pelas composições à maneira clássica, realiza-se depois plenamente como poeta romântico e introdutor do romantismo em Portugal, com os poemas **Camões** e **D. Branca**, em 1825 e 1826. Fidelino de Figueiredo assinala, na evolução lírica do poeta, três fases capitais: a fase anterior aos exílios, anterior também à iniciação na corrente romântica, a fase romântica ou dos exílios, motivados pelas lutas liberais contra o absolutismo miguelista, e a da plena maturidade artística. São livros representativos da primeira fase os **Fragmentos**, **Retrato de Vênus**, **Fábulas** e **Contos**, **Odes Anacreônticas**, o 1º livro das **Flores sem Frutos** e as tragédias **Mérope** e **Catão**; a segunda fase é assinalada pelos já citados poemas românticos; e a terceira ou da maturidade, com **Folhas Caídas**, inspiradas na vida amorosa do poeta, que foi marcada por grandes paixões.

Os poemas **Camões** e **D. Branca**, escritos sob a influência do romantismo, são o que de mais revolucionário se fez à época em Portugal em matéria de renovação estética. Abandonando os modelos e os motivos de inspiração da escola clássica, o poeta elege aí como forma de composição poética o verso branco ou livre e como nume tutelar, no primeiro deles, a *saudade*, que ele define, na primeira estrofe, em versos repassados da mais fina e dorida sensibilidade, como ninguém até então fizera em língua portuguesa:

"Saudade! Gosto amargo de infelizes,/ Delicioso pungir de acerbo espinho,/ que me estás repassando o íntimo peito/ Com dor que os seios d'alma dilacera, / - Mas dor que tem prazeres - Saudade!/ Misterioso nume, que aviventas/ Corações que estalaram, e gotejam/ Não já sangue de vida, mas delgado/ Soro de estanques lágrimas - Saudade! ..." (Cf. ***Obras de Almeida Garrett***, vol. II - Lelo & Irmãos, Editores - Porto, 1963, p. 301).

O assunto do poema é a vida de Camões e a penosa composição dos **Lusíadas**, fazendo coincidir o destino do poeta com a tragédia da pátria, que perde sua independência no mesmo ano da morte do Poeta, em 1580.

Em **D. Branca**, o modelo estético é o mesmo, ou seja, o verso decassílabo branco, escolhendo o poeta como tema um episódio da história nacional, qual seja, o da conquista do Algarve aos mouros.

Contudo é no poema das **Folhas Caídas**, inspirado na paixão tardia do poeta pela Viscondessa

da Luz, Rosa Montufar Barreiros, por ele entrevista num baile da Corte, que o sentimento amoroso fere as notas mais graves da alta poesia em nossa língua. *"Nunca a lira garrettiana,* diz-nos o autor citado de início, *atingira tal perfeição e beleza, já pelas fortes emoções que reproduz, já pelos estados de alma amorosa que testemunha, pela riqueza de imagens, pelo requinte e condensação dos antigos característicos de Garrett."* (Cf. **Fidelino de Figueredo - História da Literatura Romântica** - Editora Anchieta, S. Paulo, 1946, p. 56).

Conta-se que Alexandre Herculano, ao percorrer casualmente as provas do livro na casa editora, adivinhou a sua autoria, porque então em Portugal só havia um homem que assim soubesse amar e poetar, o que representa uma das mais altas homenagens ao gênio lírico daquele excelso poeta. (Ob. cit. p. 58).

E é com este sentimento que o poeta descreve aquele "inferno de amar" em que viveu mergulhado naquela tão breve existência que se fina aos 55 anos, em 1854.

"Este inferno de amar - como eu amo! Quem mo pôs aqui n' alma... quem foi?/ Esta chama que alenta e consome,/ Que é a vida e que a vida destrói/ Como é que se veio a atear,/ Quando ai quando se há de ela apagar?

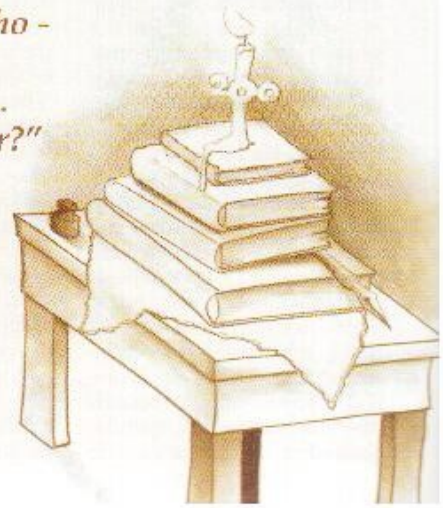
"Eu não sei, não me lembra: o passado,/ A outra vida que dantes vivi/ Era um sonho talvez ... - foi um sonho - / Em que paz tão serena a dormi!/ Oh! Que doce era aquele sonhar .../ Quem me veio, ai de mim! despertar?"

"Só me lembra que um dia formoso/ Eu passei ... dava o Sol tanta luz!/ E os meus olhos, que vagos giravam,/ Em seus olhos ardentes os pus./ Que fez ela? eu que fiz? - Não no sei;/ Mas nessa hora a viver comecei..." (Op. cit. p. 177).

São assim os poemas de *Adeus*, *Destino*, *Perfume da Rosa*, em doce alusão à amada, que se chamava Rosa, como também em *Rosa Sem Espinho*, *Rosa Pálida* e na popularíssima *Barca Bela*, que sei mais? É melhor ler o livro todo. Não morram, pois, antes de fazê-lo. É a melhor homenagem que se pode prestar ao poeta neste seu bicentenário de nascimento.

**Presidente do CKC.*

"Eu não sei, não me lembra: o passado,
A outra vida que dantes vivi
Era um sonho talvez ... - foi um sonho -
Em que paz tão serena a dormi!
Oh! Que doce era aquele sonhar ...
Quem me veio, ai de mim! despertar?"



CENTENÁRIO

ODILON NUNES
PRIMEIRO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

Wilson Carvalho Gonçalves

Um dos mais autorizados historiadores piauienses,
até hoje consultado, pelo patrimônio admirável de estudos dos mais sérios e profundos que nos legou, foi, sem dúvida, Odilon Nunes. Estudioso e consciente pesquisador, escreveu seus trabalhos, em verdade, em estilo simples, seco e sem fantasias, mas dentro do mais rigoroso sentido histórico. Aliás, o seu estilo, se não tem a elegância de outros historiadores, não impede que se note, nos seus trabalhos, a potencialidade do seu talento. Em História, mormente naquela em que se faz a reconstituição de fatos, o de que mais se carece é da exatidão dos acontecimentos, da precisão dos comentários e da segurança na focalização da temática de seus trabalhos. E essas virtudes primaciais no historiador teve as Odilon Nunes.

Nasceu em Amarante e faleceu em Teresina (1899 - 1989).
Fundou o Ginásio Amarantino, onde preparou a juventude daquela cidade para a vida, dando-lhe estrutura moral e intelectual (1928 a 1932). Foi professor e diretor da Escola Normal Oficial e professor do Liceu Piauiense, de Teresina. Lecionou no Colégio Castelo (Fortaleza). Técnico em Educação e diretor da Instrução Pública do Estado. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense e do Conselho Estadual de Educação.
Doutor "Honoris Causa", título
conferido pela Universidade Federal do Piauí. Medalha do Mérito Joaquim Nabuco, de Pernambuco. Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba, conferida pelo Instituto Histórico de Oeiras.

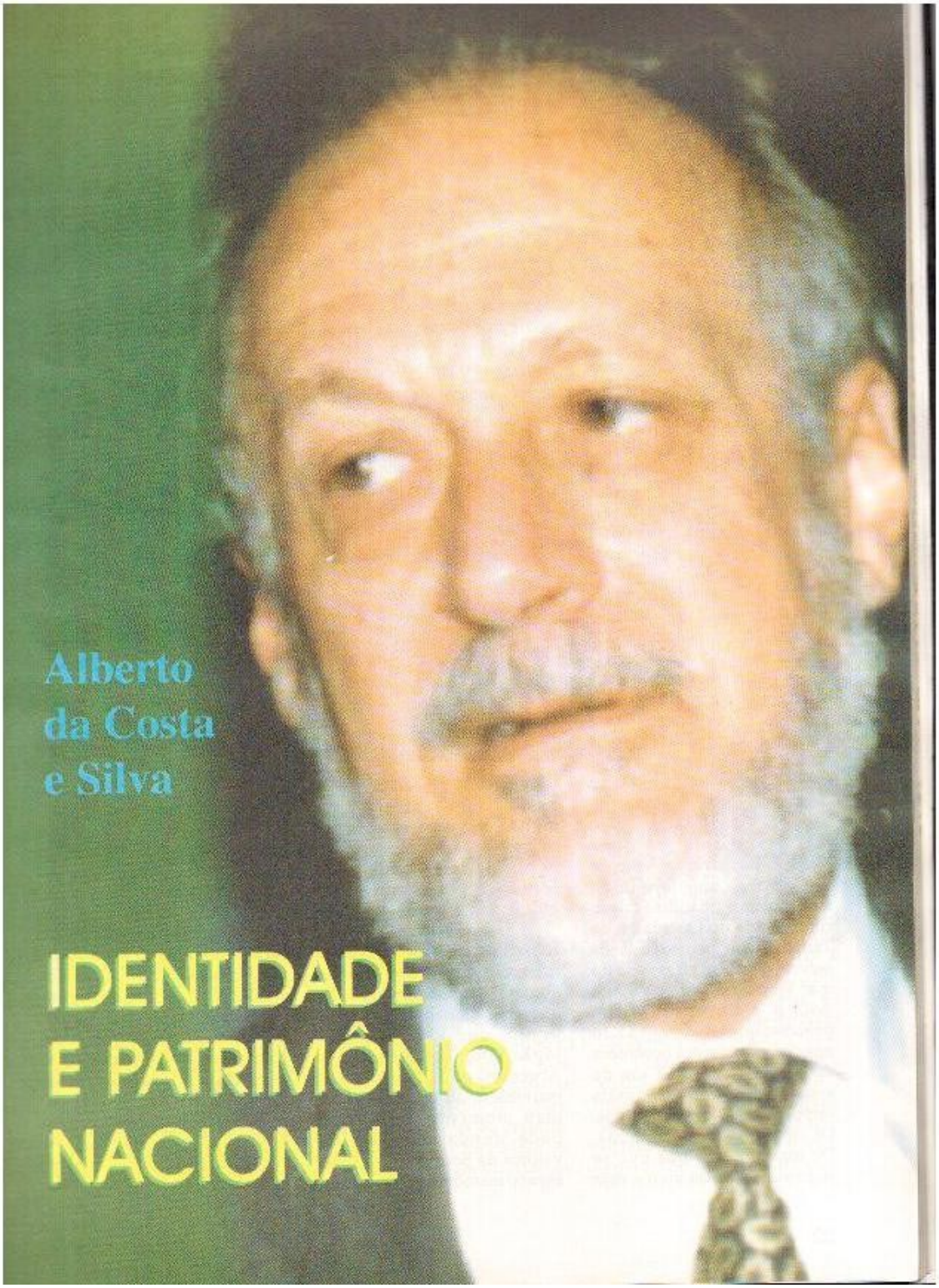
A sua extraordinária cultura humanística foi conseguida como autodidata. Projetou os seus conhecimentos no campo da Educação e da História. A pertinácia, a dedicação e o ideal do professor Odilon Nunes proporcionaram um colossal acervo de dados e informações, que cuidadosamente analisados e interpretados formaram uma preciosa fonte para a História do Piauí.

Odilon Nunes foi de uma piauiensidade sem limites. Seu amor pela nossa terra foi tal que, praticamente, só escreveu sobre o Piauí. Apenas quando, quase de malas prontas para mudar de pátria, alargou as fronteiras de seus escritos para nos oferecer o último brinde, Raízes do Terceiro Mundo, ampliou sua temática para outros horizontes, qual seja a busca das raízes ibéricas da nossa formação.

** Historiador, biógrafo, membro da Academia Piauiense de Letras*

Bibliografia

A sua obra capital é **Pesquisa Para a História do Piauí**, em quatro volumes e já em duas edições, considerado, no gênero, um dos mais importantes estudos que se há feito e que lhe consumiu grande parte da sua existência, toda voltada para o labor cotidiano. Além desta obra, publicou mais: **O Piauí na História**, 4 edições, a primeira em 1931 e a última em 1973; **Economia e Finanças - Piauí Colonial**, 1972; **Geografia e História do Piauí**; **A Origem das Fazendas Estaduais**; **Os primeiros Currais**, 1972; **Devassamento e Conquista do Piauí**, 1972; **O Piauí, O seu Povoamento e o seu Desenvolvimento**, 1973; **Depoimento Histórico do Piauí**, 1981 e **Um Desafio da Historiografia do Brasil**, 1979.



Alberto da Costa e Silva

IDENTIDADE E PATRIMÔNIO NACIONAL

Depois das palavras tão afetuosas, amigas e exageradas do Manoel Paulo Nunes, fica-me uma responsabilidade muito grande, que não queria assumir, a de dizer aqui algumas cousas interessantes e inteligentes, que eu nem sei. Não as direi com certeza, mas, quando menos, aqui deixarei algumas heterodoxias. Não serão muitas, como vêem , porque a palestra está toda aqui, neste pedacinho de papel.

A palavra que hoje mais se ouve nos encontros acadêmicos, na imprensa e nos debates políticos é "globalização". Uma palavra que, de súbito, substituiu "interdependência" e se impôs por toda a parte. Está em todas as bocas, entra por todos os ouvidos e procura convencer-nos, a nós todos, de que finalmente participamos de uma civilização ecumênica, uma civilização na qual, em última análise, os valores europeus, ou melhor, os valores surgidos às margens do Mediterrâneo, se impuseram ao resto do mundo e ganharam todos os oceanos.

Na realidade, não estamos diante de uma situação nova, nem no fim de um processo, que teve início não sabemos quando - talvez com a saída do Quênia ou da Tanzânia do primeiro *homo sapiens*, com a sua travessia do mar Vermelho, para ganhar a Ásia e a Europa. De um processo que talvez tenha tido nos descobrimentos oceânicos do séculos XV e XVI um de seus momentos mais importantes e emocionantes. De um processo que continua. De um processo que não se esgotou. Que está vivo e cujo fim nenhum de nós é capaz de vislumbrar.

O que se passa com a palavra "globalização" é que transferimos para a área da cultura um conceito que é basicamente econômico. Aplicamos à cultura um raciocínio econômico. A ninguém escapa que, quando se fala em "globalização', o primeiro que nos ocorre é a visão de um mundo no qual as mercadorias e os capitais - sobretudo os capitais - tendem a transitar livremente no espaço e no tempo. A integrar um mercado global. O que se passa num extremo do mundo tem repercussões em todas as suas partes e nenhum ponto da terra pode mais fechar-se por completo às influências externas.

> O que se passa com a palavra **"globalização"** é que transferimos para a área da cultura um conceito que é basicamente econômico. Aplicamos à cultura um raciocínio econômico.

Esse discurso é válido sobretudo para os mercados financeiros, que, sem dúvida alguma, se globalizaram. Ou quase se globalizaram. A tal ponto, que uma crise no Japão pode arrastar nela a Argentina ou o Chile, como se estivessem ali ao lado, e um mau momento no México pode afundar as bolsas de valores da Suécia. Fora desse espaço econômico, em que as mercadorias e os capitais - mas não o trabalho - se movimentam livremente e de modo cada vez mais rápido, não creio que se tenham instalado no planeta valores verdadeiramente universais. Não nos vejo a formar finalmente um mundo só, com as mesmas medidas morais, sociais e estéticas, com as mesmas categorias de avaliação e estima, com as mesmas crenças essenciais. Mas, se digo isto em voz alta, se me recuso claramente a aplicar o conceito da globalização ao campo da cultura e defendo a conveniência de preservar-se a pluralidade de maneiras de estar no mundo, de conviver e de criar, olham-me de viés, como se estivesse na contramão da história.

Mas será que estamos realmente na contramão da história os que verificamos que, lado a lado com o chamado globalismo, subsistem e até ressurgem, e com nova força, culturas tão antigas quanto a nossa, culturas que, no passado, foram motores da universalização e que, agora, de novo pretendem desenhar à imagem delas o mundo inteiro? Veja-se a civilização muçulmana. Entre os séculos VIII e XV, o Islame parecia ter unificado econômica e culturalmente os amplíssimos territórios que se estendem dos Pirineus à China. Quando se tinha por vitorioso, viu, porém, naufragar o seu sonho universalista, ao confrontar-se com as realidades locais, com as particularidades européias, iranianas, africanas, afegãs, indianas, indonésias e dos povos das estepes. A comunidade dos crentes fragmentou-se nos

numerosos islamismos que hoje conhecemos e nas variadíssimas formas culturais que se desenvolveram a partir dos textos do Alcorão.

Hoje presenciamos um fenômeno curioso. De um lado, no plano da cultura, contamos cada vez mais japoneses nas orquestras sinfônicas e nos coros europeus e americanos, aplaudimos, como uma das melhores intérpretes de Puccini, uma cantora chinesa educada em Cantão e consideramos um indiano da diáspora judia na Índia um dos mais importantes maestros de música européia. Por outro lado, entretanto, assistimos ao ressuscitar de idiomas que pareciam enterrados para sempre, como o hebraico e o basco, ao ressurgir de particularismos e nacionalismos em todo o mundo, e ao despontar de reivindicações pluriculturalistas em sociedades que se acreditavam serem cadinhos de cultura, como a norte-americana. Estamos diante, na realidade, de uma tensão entre um globalismo que se tem por vitorioso e uma valorização dos valores étnicos e locais, que pode traduzir-se até mesmo em reivindicações separatistas dentro de estados multinacionais como a Espanha, o Reino Unido, a França, a União Indiana e o Ceilão.

É difícil para nós, no Brasil, país multicultural, mas onde as heranças distintas que recebemos acabaram por mesclar-se no enorme estômago que é a nação que vamos sendo, entender esse reafirmar constante, dentro de um mesmo estado, de que cada uma de suas partes é diferente e se recusa a casar-se com as outras. Porque o difícil, entre nós, é separar os legados. Dou um exemplo. Num recente simpósio internacional sobre a escravidão, uma norte-americana de origem africana levantou a questão das compensações pelo trabalho escravo, que seriam devidas aos negros de seu país. Os brasileiros, que éramos cinco, perguntamo-nos: - E, no nosso caso, quem paga quem? Quase todos somos, ao mesmo tempo, descendentes de escravos e de senhores de escravo. Sendo assim, se aceitarmos que somos responsáveis pelas ignomínias de nossos antepassados, cada qual paga a si próprio.

Nós, que absorvemos os pratos italianos, acreditamos pô-los na mesa como se estivéssemos na Itália. Mas isso não é verdade, porque na nossa mesa entram outros elementos que os italianos não conhecem. Para começar, comemos o espaguete misturado com outras cousas, geralmente, com arroz e feijão. Quando eu vivia em Roma, brincava deste modo com muitos de meus amigos italianos: fazia em casa uma boa massa, com muito suco de tomate e, depois, derramava sobre ela farinha de mandioca. Ficava ótimo. Os italianos provavam e reagiam: - Ih! Mas fica muito bom! E ficava. Só que não era mais um prato italiano.

Nós, brasileiros, que absorvemos tudo, temos às vezes dificuldade em compreender esse anseio pela fragmentação que acompanharia a propalada globalização, ou desfragmentação do mundo. Os últimos séculos assistiram a vitórias atrás de vitórias da Europa e da cultura européia sobre o resto do planeta. São vitórias, contudo, que têm de ser qualificadas. Só se mostram verdadeiramente como vitórias, quando os vencidos também se impõem e conquistam os vencedores. E é isto o que vemos, por exemplo, quando Van Gogh desenha como um japonês ou Phillip Glass adota instrumentos e processos musicais da Índia. O que quero dizer é que, só na medida em que há uma soma de valores não-europeus aos europeus, é que podemos falar de globalização, de uma globalização que não seja um novo sinônimo de ambição imperial, que não signifique, em nosso século, uma retomada do imperialismo com novas roupagens.

O que se verifica, hoje em dia, é que praticamente todos os povos, sejam os que manejam técnicas que poderíamos classificar de elementares, sejam os que trabalham com processos muito elaborados, passaram a tomar conhecimento, quase que instantaneamente, do que ocorre no resto do mundo. Estamos diante de uma nova revolução, digamos, na falta de melhor palavra, industrial. A primeira foi ainda na Idade Média, com a invenção dos moinhos - o grande salto depois da descoberta do fogo. A que estamos vivendo principia com o telégrafo, continua com o rádio, o telefone e a televisão, e desemboca, com os computadores, no correio eletrônico.

Estamos rapidamente, a cada geração, a mudar o emprego da linguagem. Processos de comunicação inteiramente novos foram entrando em nossos

escritórios, em nossas casas, na vida de nossos avós, de nossos pais, nas nossas e nas de nossos filhos e netos, sem que quase déssemos por isso. E, no entanto, bastam alguns exemplos para que isto se mostre com clareza. Em 1900, um telegrama de vinte palavras de Teresina para o Rio de Janeiro custava o equivalente a vinte reais. Hoje, mando três páginas de *e-mail* para a Austrália e posso não gastar sequer um real. Só isto, a diferença de custo, indicaria a imensa, a incomensurável mudança que se verificou em nossa capacidade de comunicar-nos com o outro em qualquer parte do mundo. Mas continuo. Quando eu era menino, uma carta entre Teresina e Fortaleza podia demorar de quinze a vinte dias. E um telegrama, cinco ou seis horas. Ainda em 1956, podia-se passar toda uma tarde de espera, para conseguir-se uma ligação do Rio de Janeiro para Nova York. Hoje, disca-se o DDI de qualquer lugar do mundo e entramos em linha. E, até mesmo para lugares onde o telefone não funciona bem, posso enviar por correio eletrônico minhas mensagens. Atualmente, comunico-me com colegas no Benim, no Togo, no norte da Nigéria, pelo computador, com relativa facilidade.

A chamada globalização é, em última análise, a prática difundida internacionalmente dessa nova maneira de nos comunicarmos. Não só no plano dos diálogos pessoais, mas também da difusão das notícias. Pois o telégrafo, o telefone e o rádio encurtaram distâncias - e a televisão ainda mais, pondo a imagem do outro imediatamente diante de nós. E esta imagem já chega também às telas de nossos computadores. Recebo na mesma hora a fotografia de um neto meu, em Genebra, mal foi ela revelada.

Só vivemos isto a que chamamos globalização econômica porque dispomos de uma teia encorpada de comunicações a cobrir o mundo inteiro. Se o que ocorre na bolsa de Tóquio influencia Santiago é porque na capital chilena se sabe de uma queda de cotação de empresa japonesa no mesmo instante em que essa queda se verifica. Do mesmo modo que, hoje, entra por nossos olhos a dentro, quase que na mesma hora, o que dantes passávamos dois dias até ler nos jornais. Para mim, a globalização é, em última análise, isto: a instantaneidade das comunicações. Ou dela deriva. Não devemos, porém, daí inferir que o mundo está ficando todo igual, até porque, se o mundo for ficar todo igual, cada uma de suas partes idêntica às demais, eu me despeço dele.

Não tem para mim qualquer interesse um mundo inteiramente igual. Eu me recuso com firmeza a usar e fazer certas cousas, pelo fato de todos as usarem ou fazerem. Eu, por exemplo, não ponho esses feíssimos tênis com solas enormes, que transformam os pés num grande embrulho. Não calço tampouco essas sandálias de plástico coloridas e horrendas, que, na televisão, não param de dar férias aos nossos pés. Meus pés não querem férias, pois foram feitos para andar. E não me vão ver jamais na rua de *blue jeans*. *Blue jeans* é traje de trabalho, para arrumar depósitos e tirar poeira das estantes.

Que ninguém pense que me estou opondo à vocação planetária do homem, ou mais que planetária, porém, sim, aos esforços que a ganância, ou seja, a usura, faz sem tréguas, para reduzir-nos todos a pessoas iguais, com os mesmos gostos, os mesmos penteados e, se possível, a mesma fisionomia. Querem-nos todos do mesmo jeito, a consumir os mesmos produtos, a ter o mesmo comportamento, a mesma forma de cantar, de pintar e de escrever. Com o mesmos gestos, querem ver-nos sentar à mesa, para comer sempre o mesmo *hot dog*, a mesma *pizza*, o mesmo *sushi*, o mesmo hambúrguer. Eu não me oponho ao hambúrguer nem ao *sushi*, mas quero variar, se possível infinitamente, o meu cardápio.

E aqui entro no tema da identidade cultural. Eu costumo afirmar, para grande escândalo, que a questão da identidade cultural é uma questão falsa. O problema não existe. E não existe simplesmente porque não existe identidade nacional, nem local, nem continental, a pedir proteção ou para ser protegida. Se uma identidade necessita de amparo é porque é falsa, é porque é uma criação artificial e sem raízes.

Vamos por partes. Qual é, como grupo social, a nossa identidade? A identidade é sempre divisível. O que chamamos identidade cultural do Brasil divide-se nas identidades culturais do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí, do Amazonas, etc. Cada uma delas difere das demais. Mas contém, ao mesmo tempo, outras identidades culturais. Divide-se também. Assim, distingue-se, dentro do Piauí,

Teresina de Parnaíba, e Parnaíba de Oeiras, e Oeiras de Amarante, e Amarante de Campo Maior, e Campo Maior de Pimenteiras. Em Teresina, por sua vez, há diferenças no modo de viver entre o centro da cidade e a periferia, entre um bairro e outro, e entre classes sociais, e entre profissões, e entre famílias com origem, religião e hábitos herdados diferentes. A identidade cultural do advogado é diferente da identidade cultural do médico, e do jornalista, e da professora primária, e do mestre de obras, e do jardineiro, e do comerciante, e do bancário, e do chofer de táxi - e tanto é assim, que cada um desses grupos fala como que um dialeto próprio, possui suas formas próprias de avaliação de desempenho e seus valores bem definidos.

O que aspiro a dizer é que a identidade cultural é algo que está embutido em cada um de nós. E cada um de nós participa de várias identidades: a familiar, a profissional, a local, a regional, a nacional e a plurinacional. Qual dessas é a que deve ser objeto de cuidados? Em favor de qual delas devemos sair armados, e até pesadamente armados, contra o estranho que a ameaça? Penso que o bom combate é outro. Até porque nenhuma cultura se cristaliza no tempo.

A cultura em forma acabada, que se não transforma, é a cultura morta. A nossa maneira de ver o mundo e de vivê-lo não tem a consistência da rocha. A sua matéria-prima é o tempo. O tempo que se passa, não na solidão de um ambiente fechado, mas com os outros. Toda cultura é história. Vem de muito distante no tempo. Construiu-se, e continua a construir-se, com elementos muitas vezes contraditórios - o moquém, o picadinho, a lingüiça, a paçoca, o macarrão, o hamburger, o *shushi* - e que trazemos de fora para dentro. A nossa identidade forma-se no diálogo com os outros e só por meio deles, os outros, que funcionam como nossos espelhos, é por nós percebida. Somos uma nação porque existem outras nações. Somos uma cultura porque existem outras culturas. Estamos no mundo como parceiros de um longo e infindável comércio, em que damos, recebemos, trocamos, somamos e mesclamos experiências.

Que eu não me perca: nenhum de nós é uma ilha, já dizia o poeta. Mas força é não esquecer tampouco que os grupos, as nações, os grandes complexos culturais e a própria humanidade são formados por pessoas, por individualidades. Quando um sujeito afirma que os piauienses são assim, e o baiano é assado, está cometendo uma falácia. Não há essa ficção "piauiense". O que existe é um indivíduo, o José da Costa Pereira, que é piauiense, porque nasceu no Piauí, e faz parte de, pelos menos, duas famílias (a de seu pai e a de sua mãe), aceita a maior parte dos valores que nelas se desenvolveram, e os de seus grupos sociais (determinados pela vizinhança, a escola, a profissão e as amizades), e os de sua língua, e os da história de seu povo e da parte do mundo em que lhe coube viver (o Brasil, o continente americano e a dos espaços em que prevalece a cultura que se desenvolveu a partir do Mediterrâneo). O que existe de verdade é este eu, como um planeta, que não é de todo solitário porque faz parte de um sistema solar e se integra numa constelação. Mas ele gira sozinho. É preciso que não o esqueçamos em sua singularidade, ainda que construído pela história, isto é, pelos outros.

Não somos eternos. Se fôssemos eternos, cada um de nós seria todos. Teria sido Safo, Buda, Giotto, Platão, Dante, Inês de Castro, Santa Teresa, Bach, Rimbaud e Einstein. Teria tido todas as experiências que um ser humano pode ter, porque eterno. Mas não somos eternos. Somos, ao contrário, hóspedes de um período fugaz, de um momento da história. Quer sejamos materialistas, como eu, ou não, como a maioria das pessoas, temos consciência de que vivemos neste preciso momento, de que somos o resultado da história. Cada um de nós foi tecido por todos os que nos antecederam, por passados inevitavelmente múltiplos, diferentes, contrastantes. Não temos, assim, uma identidade cultural tão extraordinária, tão única, como pessoa e como grupo, que mereça e exija ser preservada da ação de outras pessoas e de outros grupos. Somos o resultado das modificações que ocorreram ao longo da história e continuamos diariamente a transformar-nos. Por desenvolvimento interno e por influências externas. E não há porque fechar as portas a estas. Nem teríamos, aliás, se o quiséssemos, como fazê-lo.

Não há alternativa, a não ser a do cego-surdo ou a do suicida, a estar aberto ao outro. Nenhum de nós, como pessoa ou povo, encerrou o seu estágio de formação, construiu de uma vez por

todas as suas identidades. Não existe o brasileiro acabado. Ou o dinamarquês acabado. Os franceses, que desenvolveram um horror, ou melhor, um terror a tudo o que vem do mundo anglo-saxão, crêem que, impondo barreiras, preservarão o que consideram a sua identidade. Acontece que o que podemos reconhecer como cultura francesa é o resultado de contactos passados que o país a que chamamos França teve com o resto da Europa, com o resto do mundo, inclusive com a própria Inglaterra. Quando os franceses se propõem a erguer diques contra os produtos culturais norte-americanos, esquecem que quase toda a sua literatura a partir do simbolismo deriva, em última análise, de um poeta norte-americano, Edgar Allan Poe. Sem Poe, não haveria Baudelaire, nem Mallarmé, nem Valéry, nem Proust.

Há que ter cuidado com essa falácia, mas também com a falácia contrária. Parece-me igualmente enganoso concluir que, pelo fato de sermos produto da história e continuarmos abertos ao presente que se vai fazendo história, devamos aceitar e adotar tudo o que os outros nos dizem valer a pena. Vi, hoje, na primeira página de um jornal de Teresina, uma fotografia em cores de uma jovem numa bicicleta, carregando uma criança. A bicicleta passa em frente a um ônibus e, ao lado da foto, há uma legenda em letras grandes, na qual se afirma que os pobres de Teresina agora andam de bicicleta porque não têm dinheiro para pagar o ônibus.

(Eu sei que a bicicleta não foi inventada no Piauí, mas o ônibus também não. E alguém me dirá que, nos dois casos, não há o que defender em termos de identidade cultural. Nem desejo fazê-lo. E recordo aos puristas da identidade cultural o Major Policarmo Quaresma, do romance de Lima Barreto, que, por ter o apertar de mãos como um hábito inglês, passou a chorar, quando encontrava os amigos, porque era assim que os tupinambás faziam. Tentara o Major aprender a tocar o violão, porque acreditava ser um instrumento tradicional brasileiro, mas, ao dar-se conta de que não o era, passou para o maracá e a inúbia, sem considerar sequer - creio eu - o berimbau, porque este também viera de fora. E em matéria de radicalização de posições, é sempre bom lembrar uma personagem de Leo Vaz, de um dos melhores romances menores que já se escreveram no Brasil, *O professor Jeremias*, que era tão bom de coração, que tinha tamanha piedade pelos animais, que se transformou em vegetariano, até que descobriu que as plantas também sofrem, e morreu de fome.)

Fecho o parêntese. Essa fotografia da moça com a criança na bicicleta, eu a trago à baila, porque o texto que a acompanha me assustou. Assustou-me porque o que ali se diz faz parte do grande complô da gasolina. Querem que nos locomovamos todos sempre usando gasolina. E, então, vale importar o ônibus, mas não a bicicleta. Isso é coisa da Holanda, da Alemanha, onde mais da metade da população vai trabalhar de bicicleta. Em Munique, vi isto repetidamente: as senhoras de sapatilha a pedalar as bicicletas, com uma bolsa em que levam os sapatos altos. Chegam ao local do trabalho, encostam a bicicleta, tiram da bolsa os sapatos altos e os calçam, seguindo depois para a loja, a fábrica ou o escritório. Se repetir isso é copiar o estrangeiro, esse é o tipo de cópia que me interessa. Pois há transculturações que resolvem problemas de um país pobre, de um país pobre como o nosso. O que quero dizer é que, em vez de deplorar que a moça levasse o filhinho para o hospital de bicicleta, o jornal deveria elogiá-la. Insisto: o que há de errado em levar uma criança ao hospital de bicicleta? Ou no lombo de um burro? Ou numa carroça? Por que não é moderno? Mas por que consideramos certas cousas modernas e outras arcaicas? Um pouco de pragmatismo bem nos faz falta.

A bicicleta, no caso, nada tem de arcaica. É um meio de transporte tão moderno quanto o automóvel. Com a vantagem de que não maltrata (como faz de resto o ônibus diante do qual ela passa) um espaço urbano que se vai fazendo, cada dia, mais hostil. Ninguém vê a fumaça dos ônibus e dos automóveis, mas estão todos atentos à dos cigarros. Eu não fumo, jamais fumei, mas defendo com todo o rigor o direito que têm as pessoas de fumar. Não vejo porque devamos discriminá-las, num restaurante, por exemplo, colocando-as junto da cozinha ou dos banheiros ou proibindo-as de fumar, quando não discriminamos quem ali chega de automóvel, a jogar monóxido de carbono aos montões na atmosfera.

Mas voltemos à questão da identidade cultural. Sabemos que a cultura é

uma construção histórica, que prossegue hoje, vai prosseguir amanhã, e depois de amanhã, e depois de depois de amanhã, e na semana que vem, e no mês vindouro, e no próximo ano, e daqui a um século. Sabemos que cada um de nós, conforme o momento e as circunstâncias, assume de maneiras diferentes as distintas formas de uma determinada cultura. E talvez nos tenhamos convencido de que nenhuma cultura existe em estado de pureza. Inconsútil. Sem mancha. Ou sem que por seu urdume passem tramas de outras culturas, cujos modos de ser, sentir, pensar e criar incorporamos.

Não há cultura viva - creio - sem contaminação externa. É preciso, no entanto, compreender que, nessa obra em progresso que é a cultura de um povo ou de um grupo, todos os seus elementos se vão ininterruptamente sedimentando e meteorizando, formando, por justaposição, acúmulo, soma e mistura, o solo do qual nos erguemos. E é a isto, ao conjunto de valores herdados e que vão sendo por nós modificados e acrescidos, que chamamos patrimônio cultural.

Recebemos do passado um conjunto de valores e bens. Que temos de preservar e ampliar. Até para que faça sentido o que criamos no presente. Não podemos estar no mundo como se não tivéssemos nada. Como se fôssemos indigentes e órfãos de pais desconhecidos. Temos de preservar os legados, para poder continuar a construir a nossa cultura, de preservá-la sem imobilismo ou isolamento, a fim de que não se torne um fóssil do espírito. Não se trata, portanto, de não dialogar com os outros, de assumir uma atitude de fechamento para o resto do universo, mas de comerciar a partir do que recebemos da história, para poder incluir o que de novo recebemos naquilo que já possuímos.

Trabalhamos com realidades ou verdades que temos por nossas, porque foram construídas por nossos antepassados e por nós próprios. São verdades até agora. Que possívelmente serão distintas das de nossos netos e bisnetos. Verão eles com outros olhos isto a que chamamos Mundo Ocidental, e as Américas, e o Brasil, e o Meio-Norte, e o Piauí, e Teresina, e a própria família em que nasceram. Mudarão eles e mudará o Natal.

Em vez de identidade, falemos de patrimônio. Nós não temos coletivamente uma só identidade. Mas temos coletivamente um patrimônio. Nós estamos acrescentando o nosso patrimônio, enquanto estamos aqui conversando. Se, por causa dessa minha conversa fiada, alguns dos senhores forem para casa pensando que eu não tenho razão nisto, mas acertei naquilo, já estarão ajudando a enriquecer um patrimônio de convicções. Porque o patrimônio não é só físico, tangível, material, mas também mental, da inteligência, da sensibilidade e do afeto. O patrimônio mais fácil de proteger e de preservar é evidentemente o patrimônio físico, ainda que, contraditoriamente, olhemos ao derredor e vejamos que muito está sendo abandonado e destruído.

Ainda aqui há de ter cuidado com certas idéias que parecem, apenas enunciadas, verdadeiras. Uma delas é a de que devemos manter as cidades como as recebemos, como foram. Eu não conheço cidade alguma que tenha atravessado a história sem sofrer acrescentos e alterações. As cidades têm vida, para o melhor e para o pior. E não congelam. Se se congelassem, o Rio de Janeiro ainda seria hoje a paliçada erguida por Villegagnon.

As cidades são construções históricas. Onde está a Paris medieval, a Paris de antes do barão Haussman? Aos pedacinhos, um pouco por ali, um pouco por aqui, mas perdida para sempre como invenção do espaço. Não há cidade que não sofra mudanças, e às vezes drásticas, ao longo dos séculos, ao longo das modas, de modas freqüentemente destruidoras. No Brasil, tivemos uma certa moda espantosamente destruidora, dentro daquilo a que chamo as grandezas e misérias do Modernismo. Aquele Modernismo que, para usar uma frase feliz de Affonso Romano de Sant'Anna, nos fez tanto mal, ao nos fazer tanto bem. Em nome do nacionalismo estético, varreu-se do Brasil quase todo o século XIX, nele se incluindo, como seu prolongamento no Novecentos, a Belle Époque.

Botaram-se abaixo milhares de prédios neo-clássicos, neo-coloniais, neo-góticos, neo-mouriscos e nos estilos eclético, *"art nouveau"* e *"art-deco"*, sob o pretexto de não tinham valor nem autenticidade, apagando-se assim parte considerável da história da arquitetura brasileira. A moda era passar diretamente do barroco para o moderno, com alguma